



## TERMO DE REFERÊNCIA

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 11 de julho de 2025.

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 – OBJETO:

1.1 O presente **Chamamento Público** tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS** que atuam diretamente na prestação de serviços e procedimentos médicos, para realização de cirurgias eletivas de média e alta complexidade nas especialidades de Cirurgia Geral e Urologia, por tempo determinado, visando a redução de filas de cirurgias eletivas aos usuários do **Sistema Único de Saúde – SUS**, do Município de Candeias do Jamari-RO, respeitando os quantitativos e condições estabelecidas neste Termo.

1.1.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.193.753,23 (um milhão, cento e noventa e três mil setecentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.3 deste Termo de Referência, conforme plano de trabalho e resolução nº 009/2023/SESAU-CIB /ADENDO.

### 1.2 QUANTITATIVOS DO OBJETO:

1.2.1 VALORES CONFORME RESOLUÇÃO Nº 009/2023/SESAU-CIB /ADENDO, PLANO DE TRABALHO COM QUANTITATIVO PACTUADO.

| ITEM        | DESCRIÇÃO   | UN.  | QUANTIDADE | VALOR UN.    | VALOR TOTAL      |
|-------------|---|------|------------|--------------|------------------|
| 1           | Procedimentos de Cirurgia de Colecistectomia.   | SERV | 109        | R\$ 4.775,55 | R\$ 520.534,95   |
| 2           | Procedimentos de Cirurgia de Exereses de Tumor de Pele e Anexos /Cisto Sebáceo / Lipoma.                                  | SERV | 20         | R\$ 4.301,59 | R\$ 86.031,80    |
| 3           | Procedimentos de Cirurgia de Hemorroidectomia.  | SERV | 06         | R\$ 3.878,06 | R\$ 23.268,36    |
| 4           | Procedimentos de Cirurgia de Prostatectomia.  | SERV | 04         | R\$ 8.352,51 | R\$ 33.410,04    |
| 5           | Procedimentos de Cirurgia de Histerectomia (parcial ou Total).  | SERV | 06         | R\$ 2.554,04 | R\$ 15.324,24    |
| 6           | Procedimentos de Cirurgia de Perineoplastia.  | SERV | 06         | R\$ 2.127,39 | R\$ 12.764,34    |
| 7           | Procedimentos de Cirurgia de Hernioplastia Inguinal(lateral e bilateral), Umbilical, Epigástrica, Incisional e Recessiva. | SERV | 110        | R\$ 4.567,45 | R\$ 502.419,50   |
| VALOR GERAL |   |      | 261        |              | R\$ 1.193.753,23 |

### 2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 **CONSIDERANDO** a necessidade de serviços de cirurgias eletivas de média e alta complexidade e com melhoria do acesso de pacientes que necessitam dessa assistência hospitalar/ambulatorial, conforme normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais da cidadania asseguradas na Constituição Federal/1988.

2.2 **CONSIDERANDO** a Portaria nº 4678 de 01 de novembro de 2022, que regulamenta o Projeto de fortalecimento dos municípios, Projeto "Compartilhando Saúde", através de transferência de recurso e divisão de responsabilidades, estimulando novas competências e a capacidade político-institucional dos gestores locais, além de meios adequados à gestão de redes assistenciais de caráter regional e macro regional, permitindo acesso com integralidade da atenção à saúde e racionalização de recurso.





2.3 **CONSIDERANDO** a necessidade de contratar, em caráter complementar, os serviços médico-hospitalar dos estabelecimentos hospitalar/ clínica médica e demais prestadores de serviço com a disponibilização de profissionais cirurgiões e anestesistas, visando atender às demandas do **Município de Candeias do Jamari-RO** de maneira tempestiva, evitando o agravamento dos quadros de saúde dos pacientes e garantindo a assistência necessária à recuperação da saúde destes.

2.4 **CONSIDERANDO** as necessidades em saúde são sempre prementes e eventuais demoras em realizar procedimentos cirúrgicos pode comprometer gravemente a saúde dos usuários.

2.5 **CONSIDERANDO** a necessidade de atender à grande demanda reprimida por insuficiência na oferta de cirurgias eletivas de média e alta complexidade, reduzindo o tempo de espera para a realização desses procedimentos.

2.6 **CONSIDERANDO** os valores pactuado entre Estado e Município referente ao Projeto "Compartilhando Saúde", e aprovado na tabela diferenciada para remuneração de procedimentos cirúrgicos nas especialidades de Cirurgia Geral, Urologia e Ortopedia, **fixado em RESOLUÇÃO N. 009/2023/SESAU-CIB**, e ao **Plano de Trabalho** a este Termo de Referência. Valores de forma complementar ao **Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP)**.

2.7 **CONSIDERANDO** o advento da nova lei de licitações e a necessidade de adequação das contratações públicas.

2.8 Dessa forma se faz necessária a elaboração de **Chamamento Público** visando o credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de procedimentos cirúrgicos.

### 3 – JUSTIFICATIVA:

3.1. Considerando o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, institui que a saúde é direito de todos e dever do poder público, garantido mediante políticas sociais e econômica que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

3.2. Considerando a Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, registra-se em seu Art. 2º que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o poder público prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

3.3. Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 2.567, de 25 de novembro de 2016, que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

3.4. Considerando que a presente contratualização, tem como fundamentação a **Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021**, registra-se no **capítulo III** das definições, **art. 6º, XLIII** - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

3.5. Considerando a baixa oferta ambulatorial relacionado a pré-consultas na **Rede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Candeias do Jamari-RO**, e a pequena rotatividade da fila cirúrgica eletiva, em especial as cirurgias geral (colecistectomia, hérnia umbilical, lateral, e inguinal, excisão de tumor de pele e anexos, hemorroidectomia, proctectomia, histerectomia, entre outras mais simples), fica evidenciado a necessidade de contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos.

3.6. Destaca-se que a fila de espera por cirurgias eletivas, totaliza o **número de 600 (seiscentos)** pacientes aguardando atendimento, dados extraídos do **Sistema de Regulação- SISREG**.

3.7. A contratação de serviços médicos, justifica-se pela elevada fila de espera de pacientes aguardando Cirurgia Geral e Urologia, e necessidade de ampliação da oferta de serviços especializados, prestação de assistência de qualidade aos usuários do **Sistema Único de Saúde – SUS**. e assim, contribuindo com a redução da fila de cirurgias eletivas.

3.8. A contratualização em questão, visa atender a necessidade da população do **Município de Candeias do Jamari-RO**, registrada no **Sistema de Regulação- SISREG**, relacionado a demanda reprimida, para prestar





assistência por meio de procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade na especialidade de cirurgias geral e urologia, aos usuários do **Sistema Único de Saúde – SUS**.

3.9. Considerando que os serviços e procedimentos objeto do presente **Termo de Referência** devem ser prestados de forma direta, em razão da complexidade e do caráter temporário para redução das filas de cirurgias eletivas, não será permitida a participação de pessoas jurídicas (de terceirização de mão de obra do tipo cooperativas) que intermediem os serviços previstos no **Termo de Referência**.

#### 4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1 O Credenciamento de pessoas jurídicas visando a realização de procedimentos hospitalares e ambulatoriais eletivos previstos na pactuação da Comissão Intergestores Bipartite **RESOLUÇÃO Nº. 009/2023/SESAU-CIB**, onde fixa em tabela diferenciada para remuneração de procedimentos cirúrgicos nas especialidades de Cirurgia Geral e Urologia, de forma complementar ao **Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP)**, a serem prestados nos hospitais que contribuirão com a ampliação do atendimento à saúde da população do Município.

4.2 Através da modalidade de Credenciamento, assegurando tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e negociando-se as condições de atendimento, obtém-se uma melhor qualidade além do menor preço, a administração consegue fixar os valores que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos é assegurada a contratação.

4.3 Essa sistemática pressupõe a pluralidade de interessados e a indeterminação do número de prestadores suficientes para a adequada prestação do serviço e adequado atendimento do interesse público, de forma que quanto mais particulares tiverem interesse na execução do objeto, melhor será atendido o interesse público.

4.4 Os quantitativos, procedimentos e valores constam descritos no item 1.2 e 1.3 conforme **RESOLUÇÃO Nº. 009/2023/SESAU-CIB** e **PLANO DE TRABALHO**.

#### 5 – REGRAS DO CREDENCIAMENTO:

5.1 Poderão credenciar-se, as pessoas jurídicas que realizem procedimentos cirúrgicos eletivos de média e alta complexidade nos estabelecimentos hospitalares, nos ambulatorios e no seu local próprio, desde que atendam todos os requisitos exigidos neste chamamento, e todas as exigências da **Vigilância Sanitária** para o estabelecimento de saúde, que satisfaçam as condições de habilitação e disposições contidas no **Termo de Referência**.

5.2 A Contratada irá atender os paciente da fila de espera do **Município de Candeias do Jamari – RO do Sistema de Regulação – SISREG**.

5.1. Contratação de pessoa jurídica para realização de forma direta os procedimentos cirúrgicos na especialidade cirurgias geral e urologia, que inclui a avaliação do paciente e procedimento cirúrgico, o qual deverá ser executado na instalações hospitalares da contratada.

5.2. Quanto ao critério de seleção dos procedimentos eletivos, foram consideradas cirurgias em que as filas se encontram acima de 50 pacientes aguardando atendimento.

#### 6 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR:

6.1 Este credenciamento visa à contratação paralela e não excludente de todos os interessados que preencham as condições do **Termo de Referência**, sendo que a demanda será distribuída, pelos **Município de Candeias do Jamari-RO**, de forma equitativa e proporcional à capacidade informada e os seguintes critérios objetivos:

«Por ordem de prioridade: às instituições de direito público, às entidades filantrópicas sem fins lucrativos e entidades com fins lucrativos/ privadas, nesta ordem;

!Caso sejam credenciadas entidades com naturezas diversas, dentre as indicadas no item anterior, 50% (cinquenta por cento) de toda a demanda mensal será destinada à classe prioritária (por exemplo, se houver instituições de direito público credenciadas, absorverão 50% da demanda e o restante é distribuído para a classe subsequente, no caso, as entidades filantrópicas, e assim sucessivamente até que a demanda seja integralmente absorvida);





- «Caso a classe prioritária não puder absorver a totalidade dos 50% que lhe é garantido, o saldo remanescente será absorvido pela classe subsequente (por exemplo, se instituições de direito público credenciadas, absorverem apenas 10% dos 50% que lhe são garantidos, os 40% restantes serão repassados às entidades filantrópicas, que assumirão 90% da demanda, se houver capacidade para tanto).
- «A equidade a que se refere o item anterior importa em distribuição de maior quantidade ao prestador que tem maior capacidade de produção;
- «O Chamamento Público, estará aberto às pessoas jurídicas de direito privado, interessadas em prestar, de forma direta, serviços médicos relacionados a cirurgias eletivas na especialidade cirurgias geral e urologia, direcionado aos usuários do **Sistema Único de Saúde – SUS**, conforme as diretrizes e pelos preços estabelecidos no instrumento convocatório.
- Considerando que os serviços e procedimentos objeto do presente **Termo de Referência** devem ser prestados de forma direta, em razão da complexidade e do caráter temporário para redução das filas de cirurgias eletivas, não será permitida a participação de pessoas jurídicas (de terceirização de mão de obra, do tipo cooperativas) que intermediem os serviços previstos no **Termo de Referência**.
- «Poderão participar do processo de credenciamento os interessados, na condição de pessoa jurídica, que prestem os serviços e procedimentos de forma direta e satisfaçam as condições de habilitação deste **Termo de Referência** e que aceitem as exigências estabelecidas pela **Secretaria Municipal da Saúde** e pela legislação aplicável.
- «Quanto à participação de empresas no chamamento público, fica estabelecido que demais instituições de outros Estados poderão solicitar participação na convocação, atendendo às normas do **Conselho Federal de Medicina – CFM**, quanto ao cadastro profissional no **Conselho Regional de Medicina**.
- Os profissionais interessados e oriundos da empresa credenciada deverão dispor de carga horária no **Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES**, conforme estabelecido na **Portaria nº 134, de 4 de abril de 2011**.
- Aceitar os valores estabelecidos por este **Termo de Referência**, para execução dos serviços.
- «O profissional **Médico Especialista em cirurgias geral e urologia**, deverá ser graduado em Medicina e possuir título de residência médica em curso reconhecido pelo **Ministério da Educação – MEC**, ter **Registro de Qualificação de Especialista – RQE** emitido pelo **Conselho de Medicina**, nas especialidades de cirurgias geral e urologia, devendo esta documentação ser devidamente apresentada.
- A pessoa jurídica, interessada no chamamento público, deverá comprovar sua capacidade técnica, para execução dos serviços objeto do presente **Termo de Referência**.
- «O credenciamento de pessoas jurídicas será direcionado por especialidade cirurgias geral e urologia, o qual empresas distintas poderão ser credenciadas e, quando necessário, contratualizadas para atender cada especialidade.

## 6.2 Conforme a urgência do atendimento:

6.2.1 Havendo indicação médica de realização em caráter de urgência dos procedimentos de que trata esse **Termo de Referência**, se o agendamento não puder, justificadamente, observar as regras anteriores, caberá ao Município indicar as razões fáticas e técnicas para tanto;

6.2.2 O Prestador somente será indicado para a demanda específica quando tiver credenciado todos os itens prescritos ao paciente, passando-se ao próximo da lista de rodízio até que se atenda essa condição.

## 6.3 Inscrição no Credenciamento:

6.3.1. O **Termo de Referência** estará disponível quando solicitado por meio eletrônico E-Mail: [semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br):

- a) É facultado a qualquer pessoa jurídica que preencher os requisitos mínimos fixados pela administração requerer seu credenciamento;
- b) Após a publicação do **Edital no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM**, os interessados em participar do presente **Chamamento Público** deverão apresentar até 30 (trinta) dias corridos toda documentação, com o requerimento de credenciamento, no formato PDF e arquivo único no email da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, através do endereço de e-mail: [semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br).
- c) Após o prazo previsto na **letra “b”**, não serão aceitas novas propostas para credenciamento. No caso da necessidade de complementação de documentos referentes às propostas protocoladas no prazo estabelecido no item anterior, o proponente terá até 15 (quinze) dias corridos para apresentar os documentos ausentes, contados a partir do recebimento da solicitação à **Comissão Especial de Credenciamento**.
- d) Fica estipulado para fins de esclarecimentos quanto às documentações necessárias para credenciamento o e-mail: [semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br).
- e) inscrição no credenciamento não garante a contratação do interessado pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**.





- f) O credenciamento está sujeito à discricionariedade administrativa, só podendo ser empregado no caso de impossibilidade de atendimento de demanda específica na área da saúde por meios próprios da Administração.
- g) Na complementação dos serviços de saúde, deverão ser observados os princípios e as diretrizes do **Sistema Único de Saúde – SUS** e nas normas técnicas e administrativas aplicáveis.
- h) A participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no **Sistema Único de Saúde – SUS** será formalizada mediante a celebração de contrato, observando-se os termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei 8.080/1990.
- i) A contratação complementar dos prestadores de serviços de saúde se dará nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo seguir as regras da inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, “caput”, da mencionada lei.

6.4. Serão indeferidas as inscrições das pessoas jurídicas interessadas que não comprovarem os requisitos exigidos neste instrumento ou não apresentarem a documentação necessária.

6.5. Do indeferimento da inscrição caberá recurso, devendo ser interposto no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência do ato.

6.6. O prazo de vigência do Chamamento Público é de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do Edital, pelo qual o credenciamento do proponente será julgado para a especialidade disposta neste instrumento.

¶Durante o prazo de vigência do **Chamamento Público (item 6.5.)**, a Administração poderá realizar nova convocação, obedecendo aos prazos e regras previstas.

## 6.7 Documentos de Habilitação

### 6.7.1. Habilitação Jurídica:

- a) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CPF/CNH/outro) ou sócio administrador;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- e) Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [https:// www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);
- f) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no DOU e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- h) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- i) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- j) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; k) Empresas organizadas em CONSÓRCIO: compromisso de Constituição de Consórcio e documentos contratuais de cada empresa integrante;
- l) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.

6.7.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 6.7.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:





- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

6.7.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazen da respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.7.2.2 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

6.7.2.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.7.2.4 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da divulgação do resultado, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

### 6.7.3 Qualificação Econômico Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:
  - b.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);
  - b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:  
Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
LG = ----- igual ou superior a 1  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante  
Ativo Total  
SG = ----- igual ou superior a 1  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante  
Ativo Circulante  
LC = ----- igual ou superior a 1  
Passivo Circulante
  - b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
  - b.2.1.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato é uma medida essencial para garantir a solidez financeira da contratada, mitigar riscos, assegurar capacidade de investimento, proporcionar segurança ao contratante, cumprir normas legais, garantir a sustentabilidade do projeto e estabelecer um critério objetivo de seleção. Esta medida visa proteger os interesses do contratante e assegurar a execução eficiente e eficaz do contrato.
  - b.2.2.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato visa garantir sua solidez financeira, mitigando riscos e assegurando que ela tenha capacidade de investimento e recursos para executar o projeto com eficiência. Essa prática protege os interesses do contratante, garante o



cumprimento das normas legais e estabelece um critério objetivo de seleção. Dessa forma, ela contribui para a sustentabilidade e segurança do projeto, reduzindo as chances de inadimplemento e promovendo transparência e responsabilidade nas contratações públicas.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**OBS:** As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

#### 6.7.4 Qualificação Técnica:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação;

1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do projeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo Contratante.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

7 – Caso o parecer não ateste a compatibilidade e o produto não atenda as necessidades do município, a proposta deverá ser rejeitada.

#### 6.7.5 Declarações:

6.7.5.1 Das Declarações que deverão ser marcadas no Sistema do credenciamento, em campo próprio e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

a) Declaração emitida pela pessoa jurídica atestando que atende ao inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo a condição de aprendiz, a partir de catorze anos;

b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;

c) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;

d) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;

e) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV). Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente;

g) Declaração que conhece e aceita as condições de remuneração dos serviços prestados;

h) Declaração que têm disponibilidade para prestar atendimento, conforme as normas fixadas pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, segundo as normas do Ministério da Saúde, segue às disposições éticas e





técnicas dos respectivos Conselhos Regionais de profissionais de saúde;

i) Declaração afirmando estar ciente das condições do Edital de Chamamento Público que assume a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação do chamamento, que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA** /ou pelos órgãos de controle.

## 7 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

7.1 O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2 A empresa credenciada/contratada deverá disponibilizar profissionais (Médico cirurgias geral e urologia) para execução de serviços médicos que serão realizados em unidades hospitalares da própria contratada, conforme a programação destas.

7.3 Quanto às responsabilidades da contratada dos serviços, profissionais e instalações:

«Dispor de capacidade técnica e física: assistência de equipe médica e multiprofissional (não inclui cirurgias geral e urologia), devendo disponibilizar consultórios, leitos cirúrgicos, salas cirúrgicas, leitos em Unidades de Terapia Intensiva - UTI e a realização de consultas e exames pós-operatórios;

«Garantir a realização dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos necessários à complexidade dos casos, ofertar medicamentos, material médico hospitalar, OPME (órtese, prótese e materiais especiais), assistência integral no pré, intra e pós - operatório, necessários para realização de cirurgias específicas e conforme a necessidade de cada procedimento;

«A Contratada irá atender os usuários oriundos da lista do Sistema de Regulação do **Município de Candeias do Jamari-RO**;

«A Contratada executará os serviços em local próprio da contratada, dia e horário a serem acordados entre as partes, sendo que a forma de abertura da agenda deve ser clara e ter prazo determinado;

«A contratada fica responsável por informar datas e horários de atendimento do profissional;

Para as consultas os usuários serão previamente agendados pelo **Município de Candeias do Jamari-RO**;

«Para as cirurgias os usuários deverão ser atendidos mediante apresentação de **Laudo de Autorização de Internação Hospitalar – AIH com AUTORIZAÇÃO** do médico e do gestor do município e pela Contratante;

«Para cada procedimento cirúrgico realizado preconiza-se 01 (uma) consulta pós-cirúrgica a ser realizada em ambulatório próprio do estabelecimento contratado, por profissional qualificado da equipe realizadora do procedimento;

A Contratante poderá fiscalizar a execução dos serviços contratados a qualquer tempo;

Para prestação dos serviços a contratada disponibilizará o (s) profissional (s) competente (s), medicamentos, material, acomodações, alimentação e tudo o que for necessário para a realização do procedimento e/ou cirurgia a ser realizada;

«Para efeito de faturamento, a competência inicia-se do dia 25 ao 24 de cada mês;

A prestação do serviço não constitui, em hipótese alguma, vínculo empregatício de qualquer espécie entre a Contratada e a Contratante;

«Os atendimentos realizados por encaminhamento dos municípios consorciados não poderão ser referenciados para atendimento de forma particular ou solicitação de complementação de valores para procedimentos e/ou cirurgias;

«Toda necessidade de serviços complementares e/ou procedimentos e/ou cirurgias deverão ser solicitados previamente em guias específicas ;

«As guias de requisição de atendimento deverão estar **AUTORIZADAS** pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, devidamente preenchidas;

«Deverão ser observadas integralmente as portarias e os protocolos técnicos e demais legislações vigentes, referentes ao atendimento e encaminhamento dos usuários do **Sistema Único de Saúde – SUS**.

«Fica a cargo do hospital/clínica médica credenciado a orientação quanto ao procedimento cirúrgico ao paciente, bem como a assinatura no termo de consentimento, no qual deverá estar previsto os riscos inerentes ao procedimento cirúrgico.

Em casos omissos ou não regulamentados no presente **Termo de Referência**, as decisões quanto à postura e procedimento a serem adotados serão definidas pela administração da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA** quando for necessário;

«A **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA** reserva-se no direito de fiscalizar a execução dos serviços através da Comissão de Avaliação e Monitoramento de Serviços de Saúde, e ou auditor nomeado pelo Município através de carta/ resposta ao usuário emitida pelo consórcio a cada procedimento executado, contendo: procedimento, instituição, profissional, valores, satisfação do usuário e se houve cobranças complementares;

Em caso de desatendimento aos requisitos constantes no presente **Termo de Referência** ou havendo inadequada prestação do serviço credenciado, a **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, através de procedimento administrativo específico, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderá proceder ao



descredenciamento do profissional ou empresa.

7.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.5 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.8 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do caput do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

7.10 A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

7.10.1 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.10.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.10.3 O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.10.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.10.5 O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.13 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.14 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.14 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

7.15 Entrega do Serviço:





- Os pacientes com indicação de cirurgia serão provenientes da fila de espera do **Município de Candeias do Jamari-RO** e serão prontamente qualificados;
- Através da convocação do paciente pela Lista do Sistema de Regulação- SISREG, deverá realizar o agendamento e direcionamento do paciente ao serviço de saúde, conforme a oferta disponibilizada;
- Após a avaliação do paciente e confirmada a indicação da realização do procedimento cirúrgico proposto, a equipe contratada, em conjunto com a unidade hospitalar, deverá confeccionar a agenda cirúrgica com data programada da cirurgia;
- A unidade hospitalar (estabelecimento executor) deverá utilizar para registro das internações o seguinte sistema: I - **Sistema de Internação Hospitalar (SIH)**, que tem como principal instrumento a **Autorização de Internação Hospitalar (AIH)**.
- Todo o faturamento das cirurgias será feito em AIHs, autorizadas pelo médico do município de Candeias do Jamari, e deverão ser faturadas nos sistemas de informação do **Sistema Único de Saúde – SUS em favor do município**;
- Caso constatado pela empresa contratada algum impedimento da execução do procedimento cirúrgico relacionado ao estado de saúde do paciente, o profissional médico deverá realizar a devolutiva do usuário através do encaminhamento para Sistema de Regulação da SEMUSA esclarecendo os motivos da suspensão.
- Avaliar as pacientes em consulta pré-operatória, os quais levarão os exames pré-operatórios em mãos, sendo: exames laboratoriais, radiografia de tórax e eletrocardiograma com laudo de Risco Cirúrgico.
- Caso haja necessidade de solicitação de demais exames para melhor elucidação diagnóstica ou programação cirúrgica, os mesmos devem ser solicitados em guia do próprio prestador e orientar a paciente a procurar a Secretária Municipal de Saúde-SEMUSA-SISREG para agendamento dos mesmos.
- O(s) hospital(is), da Rede contratada deverá(ão) ofertar leitos para admissão do paciente 24 horas antes da data proposta da cirurgia, ofertando consultas pós-operatórios mediante protocolo pré-estabelecido, disponibilidade de Sala Operatória, todos os insumos e OPME (órtese, prótese e materiais especiais) necessários à realização do procedimento proposto.

## 8 – PRAZO DE VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE:

8.1 O prazo de vigência da contratação é de até **12 (doze) meses** contados da assinatura ou início da vigência do respectivo contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

8.3 Os valores dos serviços do referido credenciamento poderão ser revisados a qualquer tempo, mediante prévia aprovação da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**.

## 9 – ATENDIMENTOS, PROCEDIMENTOS, CIRURGIAS E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

9.1 O usuário será encaminhado por profissional médico do município com guia de referência/ contra referência previamente autorizada e agendada, ao profissional médico indicado pela contratada.

9.2 A solicitação de autorização para internação hospitalar deverá ser apresentada em formato digital e com os campos preenchidos de forma que a autorizador possa ser realizada.

9.3 O agendamento do procedimento implicará na realização de avaliação de risco cirúrgico realizada por profissional competente do serviço receptor deste paciente.

9.4 Os prestadores de serviços que realizarem os procedimentos deverão garantir o mínimo de 01 (um) retorno do usuário para avaliação pós-operatória.

9.5 Concluído o processo, o prestador de serviço deverá emitir a contra referência hospitalar informando ao paciente sobre a sua: Alta Hospitalar com ou sem retorno a atenção primária a saúde.

9.6 Os atos referidos nos itens anteriores serão acompanhados por comissão nomeada pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, que terão poderes para:

- Autorizar ou não o procedimento requisitado;
- Solicitar parecer e ou relatórios de serviços médicos e de enfermagem depreendidos ao paciente;
- Realizar, “havendo necessidade” auditoria “in loco”, agendada ou não;





«Glosar procedimentos realizados que tenham insuficiência de informações ou apresentem indício de irregularidade;  
«Os prestadores credenciados deverão encaminhar os documentos necessários para análise da comissão nomeada  
p e l a **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, incluindo-se  
o s **ANEXO III – Espelho De Cirurgia Eletiva** e **ANEXO: IV – Aviso De Cirurgias Eletivas**,  
devidamente preenchidos. ( ver os modelos)

## 10 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

Ficha: **530**

Órgão: **02.00.00 – Poder Executivo**

Unidade Orçamentária: **02.20.00 – Fundo Municipal de Saúde – SEMUSA**

Função/Sub Função: **10.302- Assistência Hospitalar e Ambulatorial**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 Outros Serviços de Pessoa Jurídica**

Programa: **0128 –Programa de Apoio a Saúde**

F.R: 0.2.621.0000.0000- Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS (Governo Estado)

Ficha: **531**

Órgão: **02.00.00 – Poder Executivo**

Unidade Orçamentária: **02.20.00 – Fundo Municipal de Saúde – SEMUSA**

Função/Sub Função: **10.302- Assistência Hospitalar e Ambulatorial**

Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00 Outros Serviços de Pessoa Jurídica**

Programa: **0128 –Programa de Apoio a Saúde**

F.R: 0.1.621.0000.0000- Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS (Governo Estado)

## 11 – FATURAMENTO:

11.1 Para efeito de faturamento, dos prontuários auditados, a competência inicia-se no dia 25 ao 24 de cada mês.

11.2 Os prontuários devem ser encaminhados para faturamento em até 10 (dez) dias da realização do procedimento cirúrgico, em formato digital (arquivo PDF), através do e-mail **semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br**.

11.3 Os prontuários auditados que porventura apresentarem a indicação de alteração ou glosa, deverão ser regularizados em até 15 (quinze) dias da data da solicitação, envio de e-mail pela comissão nomeada pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, caso contrário será faturado somente na competência seguinte.

## 12 – EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

12.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme o relatório de fechamento do faturamento disponibilizado pela comissão nomeada pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, enviado a cada prestador, respeitando o fracionamento do valor total, conforme contrato com os diversos prestadores, em mesmo teor e forma, utilizando a opção do sistema gerador de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica Municipal onde traz a opção de itens do serviço, detalhando a quantidade, os itens/procedimentos e os valores executados em conformidade com os itens contratados.

12.2 Deverá ser cadastrado o e-mail: **semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br** para envio automático da NFS-e no ato de sua emissão.

12.3 Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, o que não acarretará, neste caso, quaisquer ônus à Contratante.

## 13 – VENCIMENTO E PAGAMENTO:

13.1 A análise técnica da execução do contrato ficará sob a responsabilidade da comissão nomeada pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, até o 30º (trigésimo) dia após o processamento da produção no sistema SIH/SUS.

13.2 Os atendimentos e serviços prestados serão demonstrados mensalmente, mediante faturas de serviços expedidos (relatório SIH/SUS), pela empresa contratada e analisados e autorizados/ auditados pela comissão nomeada pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**.





13.3 Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

13.4 Fica vedado qualquer pagamento antecipado à contratada, bem como é vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação ao valor estabelecido.

13.5 Aos credenciados/ contratados fica proibido exigir que o usuário assine qualquer fatura ou guia de atendimento em branco.

13.6 O vencimento se dará até o dia 30 do mês posterior a data do aceite definitivo da Nota Fiscal, em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ contratado. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado através de Ofício ao Setor de Tesouraria da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**.

13.7 O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

13.8 O pagamento se dará até o vencimento.

13.9 Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços prestados e faturados.

13.10 Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365 \text{ EM} = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

13.11 Em caso de Processo Administrativo, a **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA** poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

13.12 O fornecedor contratado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões:

- a) Regularidade do FGTS – CRF;
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais – CNDE;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipal – CNDM;

13.13 Em caso o constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, os serviços serão bloqueados, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

## 14 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, UNIDADE E DA CONTRATANTE:

### 14.1 E de responsabilidade da CONTRATADA:

• Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual;

• Oferecer ao paciente todo recurso necessário ao seu atendimento no que compete, assumindo o ônus e encargos que a lei impõe-lhe, por força da relação contratual a que se firma notadamente a responsabilidade por qualquer vínculo trabalhista decorrente dos efetivos empregados que atuam na empresa contratada;

• A reabordagem cirúrgica do paciente, bem como sua condução em caso de reinternação é responsabilidade da equipe contratada, quanto aos demais profissionais direcionados ao serviço (equipe multiprofissional), insumos, exames e outros serviços necessários ao procedimento, deverão ser disponibilizados através da unidade hospitalar onde ocorrerá o ato cirúrgico, na ocorrência de reabordagem, não será pago nenhuma taxa extra a empresa contratada;





- Responsabilidade da equipe contratada a realização de orientações para condução do caso não cirúrgico, o qual deverá ser comunicada através do estabelecimento de saúde;
- Responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudências praticadas por seus empregados profissionais, ou prepostos, ficando assegurado à CREDENCIADA o direito regresso;
- A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste CONTRATO será feita pela Secretaria da Saúde de Candeias do Jamari, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CREDENCIADA nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos;
- A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor);
- Apresentar Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS, de Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional - PFN, de Certidão Negativa de Débitos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Municipais, todas devidamente atualizadas, por ocasião do recebimento de cada parcela solicitada mensalmente;
- Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, dentre outros;
- Executar o objeto conforme as condições deste **Termo de Referência**;
- Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para credenciamento e para a celebração deste termo;
- Prestar os serviços ora contratados, dispondo de pessoal qualificado para cumprimento do objeto;
- Obedecer aos protocolos clínicos recomendados pelas áreas profissionais especializadas, para a correta prestação dos serviços;
- Esclarecer aos pacientes ou a seu representante legal sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- Comunicar à **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços.

#### 14.2 E de responsabilidade da UNIDADE HOSPITALAR:

- Solicitar a contratada unidade hospitalar, que deverá disponibilizar mensalmente a agenda de consultas à Regulação do Município, conforme alinhamento com a equipe responsável pela avaliação do paciente;
- Quanto à disponibilização do mapa cirúrgico, será disponibilizado conforme programação da equipe contratada e unidade hospitalar;
- Haverá glosa do pagamento quando o prestador não cumprir com as metas dos indicadores: O(s) hospital(is) através da Coordenação do Centro Cirúrgico, deverá(ão) enviar relatório à **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, com os principais indicadores de resultado da Linha do Cuidado, constando, número e tipo de cirurgias realizadas, tempo médio de permanência hospitalar, taxa de infecção associada à assistência dos respectivos pacientes beneficiados e taxa de mortalidade:

**I – Taxa de infecção de sítio cirúrgico em cirurgias limpas** : Avalia a quantidade de infecções em sítios cirúrgicos de cirurgias limpas ocorridos em até 30 dias do procedimento. Para o caso de explantes considera-se o prazo de 90 dias. Numerador: Total de casos confirmados de infecção de sítio cirúrgico em cirurgias limpas; Denominador: Total de cirurgias limpas realizadas no período; Meta: inferior a 3%.

**II – Taxa de Reabordagem cirúrgica não programada**: Avalia a quantidade de pacientes que tiveram que passar por novo procedimento não programada no mesmo sítio cirúrgico no período de até 90 dias. Numerador: Total de pacientes que tiveram que passar por novo procedimento não programado no mesmo sítio cirúrgico no período de 90 dias; Denominador: Total de cirurgias realizados no período. Meta: inferior a 3%.

**III – Taxa de Suspensão Cirúrgica**: Avalia a quantidade de procedimentos cirúrgicos programados e que foram suspensos. A taxa de suspensão de operações é definida pelo número de procedimentos cancelados, dividido pelo total de cirurgias programadas em um período, multiplicado por cem. Meta: inferior a 3%.

#### 14.1 E de responsabilidade da CONTRATANTE:

- Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de **Ordem de Serviço** ou documento equivalente;
- Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;
- Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato;





- «Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual;
- «Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste termo;
- Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento;
- «Exigir da contratada o afastamento de qualquer empregado ou preposto que tenha conduta inconveniente ou incompatível com o exercício das funções, depois de devidamente advertido.

## 15 – DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1 A empresa contratualizada deverá manter ao longo do contrato os serviços especificados nas OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

15.2. Na contemplação dos serviços de saúde deverão ser observados os princípios e as diretrizes do SUS, e as normas técnicas e administrativas aplicáveis.

15.3. O monitoramento e acompanhamento do programa ocorrerá através da implantação de um Dashboard e, ainda, de realização de ações de controle, avaliação e auditoria in loco, para aferição de execução de metas.

15.4. O credenciamento firmado não implica vínculo trabalhista ou previdenciário, tendo o credenciado responsabilidade única, exclusiva e total pelos serviços prestados por ele e por seus empregados.

15.5. Nenhuma indenização será devida aos Credenciados pela apresentação de documentos relativos a este Credenciamento.

15.6. Os credenciados são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

15.7. A participação no presente credenciamento importa na aceitação integral e irrevogável das normas contidas no edital e no **Termo de Referência**.

15.8. As decisões referentes a este credenciamento poderão ser comunicadas aos Credenciados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no **Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – ROM**.

Elaborado por:  
**MARLENE ALVES DOS SANTOS LEITE**

Aprovado por:

**IRGO MENDONÇA ALVES**  
Secretário Municipal de Saúde  
Decreto nº. 9900/GAB-PREF/2025

### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05\*. \*\*2-\*4 em **14/07/2025 07:58:25**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 07U0.3X58.725E.4166.4647, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARLENE ALVES DOS SANTOS LEITE**, CPF: 349.36\*. \*\*2-\*8 em **11/07/2025 14:06:01**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 14Z8.7406.401K.K38K.1866, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



### Informações do Documento

ID do Documento: **1.C96.3B9** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Elaborado por **LAUANE SILVA CAMÊLO**, CPF: 012.15\*. \*\*2-\*1, em **11/07/2025 13:18:29**, contendo 8.468 palavras.





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Código de Autenticidade deste Documento: 13A3.6218.8293.2829.2786

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





## ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP

Nº 115/2025

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 11 de julho de 2025.

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### 1.INFORMAÇÕES BÁSICAS

**Número do Processo:** 0002423.05.01-2025

**1.1.** Este documento concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a formalização do Processo Licitatório, fornecendo as informações necessárias para futuras e eventuais Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços e Procedimentos Médicos, para execução de Cirurgias Eletivas de Média e Alta Complexidade nas especialidades de Cirurgia Geral Urologia e Ortopedia, visando a redução de filas de cirurgias eletivas e assim ofertando qualidade de vida aos usuários do **Sistema Único de Saúde – SUS**, identificando e analisando às necessidades que constam no Documento de Oficialização da Demanda - DOD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas de serviços.

### 2.DESCRICÃO DA NECESSIDADE

**2.1.** Identificou-se a necessidade de realização de licitação para prestação de serviços e procedimentos médicos, para execução de cirurgias eletivas de média e alta complexidade nas especialidades de Cirurgia Geral e Urologia, em atendimento as necessidades dos usuários do SUS, através da Secretaria Municipal de saúde do município de Candeias do Jamari-RO.

**2.2.** É notório em análise quantitativo, que o município de Candeias do Jamari enfrenta um cenário desafiador onde a disponibilidade de Capacidade Técnica instalada no Sistema Público de Saúde, o que não supri a demanda dos Serviços de Saúde adequados, o que não tem correspondido à crescente demanda reprimida de paciente aguardando cirurgias na fila de regulação, impactando negativamente a qualidade de vida dos munícipes. Qualitativamente, além da necessidade objetiva, há impactos significativos na vida cotidiana dos cidadãos afetados, com as condições de saúde comprometida, agravando mais com o decorrer prolongado da fila de espera no SISREG.

**2.3.** Também há de considerar a baixa oferta ambulatorial relacionado a pré-consultas na Rede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Candeias do Jamari-RO, e a pequena rotatividade da fila cirúrgica eletiva através da Central de Regulação do Estado, em especial as cirurgias geral (colecistectomia, hérnia umbilical, lateral, e inguinal, excisão de tumor de pele e anexos, hemorroidectomia, prostatectomia, histerectomia, entre outras mais simples. É insuficiente.

**2.4.** Destaca-se que a fila de espera por cirurgias eletivas, totaliza o número de 600(seiscentos) pacientes aguardando atendimento, conforme dados extraídos do Sistema de Regulação- SISREG em fevereiro de 2025.

**2.5.** Assim sendo, a contratação de serviços médicos, é necessário pela elevada fila de espera de pacientes aguardando Cirurgia Geral e Urologia , e necessidade de ampliação da oferta de serviços especializados, prestação de assistência de qualidade aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. e assim, contribuindo com a redução da fila de cirurgias eletivas.

**2.6.** Salienta-se que o Estado de Rondônia, em busca de resolutividade na redução da fila de cirurgias eletivas, pactuou com o município de Candeias do Jamari o Projeto de Fortalecimento dos municípios "Compartilhando Saúde", no intuito de facilitar a contratação de serviços de saúde de Forma Complementar em Atendimentos de Consultas Ambulatoriais e Cirurgias Eletivas de Média Complexidade.

**2.7.** Cumpre destacar o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, institui que a saúde é direito de todos e dever do poder publico, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção,



proteção e recuperação.

**2.8.** Ressalta-se as Diretrizes do SUS, contida na Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, registra-se em seu Art. 2º que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o poder público prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

**2.9.** Diante do Contexto mencionado a necessidade de contratualização, tem como fundamentação a **Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021**, registra-se no **capítulo III** das definições, **art. 6º, XLIII** - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

### 3. ÁREA REQUISITANTE

**Área requisitante:** Secretaria Municipal de Saúde

**Responsável pela Demanda:** Irgo Mendonça Alves

**Cargo:** Secretário Municipal de Saúde

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1.** A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais (Médico cirurgias geral e urologia) para execução de serviços médicos que serão realizados em unidades hospitalares da própria contratada, conforme a programação destas.

**4.2.** Quanto às responsabilidades da contratada dos serviços, profissionais e instalações:

**4.2.1** Dispor de capacidade técnica e física: assistência de equipe médica e multiprofissional (não inclui cirurgias geral, urologia e ortopedia), devendo disponibilizar consultórios, leitos cirúrgicos, salas cirúrgicas, leitos em Unidades de Recuperação pós anestésico e consultas e exames pós-operatórios, regularizado perante a vigilância sanitária;

**4.2.2** Garantir a realização dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos necessários à complexidade dos casos, ofertar medicamentos, material médico hospitalar, OPME (órtese, prótese e materiais especiais), assistência integral no pré, intra e pós - operatório, necessários para realização de cirurgias específicas e conforme a necessidade de cada procedimento;

**4.2.3** Apresentação de plano assistencial, detalhando fluxo de atendimento, protocolos clínicos e mecanismos de controle de infecção hospitalar;

**4.2.4** Comprovação de regularidade jurídica e fiscal, incluindo inscrição no CNES e habilitação junto ao SUS;

**4.2.5** Proposta de valores baseada na Tabela SUS ou pactuação específica.

**4.2.6** A Contratada irá atender os usuários oriundos da Fila do Sistema de Regulação do Município de Candeias do Jamari-RO;

**4.2.7** Para as consultas os usuários serão previamente agendados pelo Município de Candeias do Jamari-RO;

**4.2.8** Após a avaliação do paciente e confirmada a indicação da realização do procedimento cirúrgico proposto, a equipe contratada, em conjunto com a unidade hospitalar, deverá confeccionar a agenda cirúrgica com data programada da cirurgia;

**4.2.9** A unidade hospitalar (estabelecimento executor) deverá utilizar para registro das internações o seguinte sistema: I - Sistema de Internação Hospitalar (SIH), que tem como principal instrumento a Autorização de Internação Hospitalar (AIH).

**4.2.10** Todo o faturamento das cirurgias será feito em AIHs, autorizadas pelo médico autorizador do município de Candeias do Jamari, e deverão ser faturadas nos sistemas de informação do Sistema Único de Saúde – SUS;

**4.2.11** Caso constatado pela empresa contratada algum impedimento da execução do procedimento cirúrgico relacionado ao estado de saúde do paciente, o profissional médico deverá realizar a devolutiva do usuário através do encaminhamento para Sistema de Regulação da SEMUSA esclarecendo os motivos da suspensão.

**4.2.12** Avaliar as pacientes em consulta pré-operatória, os quais levarão os exames pré-operatórios em mãos, sendo: exames laboratoriais, radiografia de tórax e eletrocardiograma com laudo de Risco Cirúrgico.

**4.2.13** Caso haja necessidade de solicitação de demais exames para melhor elucidação diagnóstica ou



programação cirúrgica, os mesmos devem ser solicitados em guia do próprio prestador e orientar a paciente a procurar a Secretária Municipal de Saúde-SEMUSA-SISREG para agendamento dos mesmos.

4.2.14 O(s) hospital(is), da Rede contratada deverá(ão) ofertar leitos para admissão do paciente 24 horas antes da data proposta da cirurgia, ofertando consultas pré-operatórios mediante protocolo pré-estabelecido, disponibilidade de Sala Operatória, todos os insumos e OPME (órtese, prótese e materiais especiais) necessários à realização do procedimento proposto.

4.2.15 A Contratada executará os serviços em local próprio da contratada, dia e horário a serem acordados entre as partes, sendo que a forma de abertura da agenda deve ser clara e ter prazo determinado;

4.2.16 A contratada fica responsável por informar datas e horários de atendimento do profissional;

4.2.17 Para cada procedimento cirúrgico realizado preconiza-se 01 (uma) consulta pós-cirúrgica a ser realizada em ambulatório próprio do estabelecimento contratado, por profissional qualificado da equipe realizadora do procedimento;

4.2.18 A Contratante poderá fiscalizar a execução dos serviços contratados a qualquer tempo;

4.2.19 Para prestação dos serviços a contratada disponibilizará o (s) profissional (s) competente (s), medicamentos, material, acomodações, alimentação e tudo o que for necessário para a realização do procedimento e/ou cirurgia a ser realizada;

4.2.20 Para efeito de faturamento, a competência inicia-se do dia 25 ao 24 de cada mês;

4.2.21 A prestação do serviço não constitui, em hipótese alguma, vínculo empregatício de qualquer espécie entre a Contratada e a Contratante;

4.2.22 Os atendimentos realizados por encaminhamento dos municípios consorciados não poderão ser referenciados para atendimento de forma particular ou solicitação de complementação de valores para procedimentos e/ou cirurgias;

4.2.23 Toda necessidade de serviços complementares e/ou procedimentos e/ou cirurgias deverão ser solicitados previamente em guias específicas ;

4.2.24 As guias de requisição de atendimento deverão estar AUTORIZADAS pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, devidamente preenchidas;

4.2.25 Deverão ser observadas integralmente as portarias e os protocolos técnicos e demais legislações vigentes, referentes ao atendimento e encaminhamento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

4.2.26 Fica a cargo do hospital/clínica médica contratada a orientação quanto ao procedimento cirúrgico ao paciente, bem como a assinatura no termo de consentimento, no qual deverá estar previsto os riscos inerentes ao procedimento cirúrgico.

4.2.27 A Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA reserva-se no direito de fiscalizar a execução dos serviços através da Comissão de Avaliação e Monitoramento de Serviços de Saúde, e ou auditor nomeado pelo Município através de carta/ resposta ao usuário emitida pelo consórcio a cada procedimento executado, contendo: procedimento, instituição, profissional, valores, satisfação do usuário e se houve cobranças complementares;

4.2.28 Em caso de desatendimento aos requisitos constantes no presente instrumento havendo inadequada prestação do serviço credenciado, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, através de procedimento administrativo específico, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderá proceder ao descredenciamento do profissional ou empresa.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Com o objetivo de atender à crescente demanda reprimida por cirurgias eletivas no âmbito do SUS, nas especialidades de Cirurgia Geral e Urologia, foi realizado levantamento de mercado para identificar prestadores de serviços especializados, com capacidade técnica e operacional para execução dos procedimentos cirúrgicos em tempo hábil e com qualidade assistencial.

5.2. Foram consultadas contratações similares realizadas por outros entes públicos, bem como analisadas tabelas de preços praticadas por operadoras de saúde e instituições privadas, e comparadas ao previstos na RESOLUÇÃO N. 009/2023/SESAU-CIB, no em tabela diferenciada para remuneração de procedimentos cirúrgicos nas especialidades de Cirurgia Geral e Urologia, de forma complementar ao Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP), sendo demonstrada a viabilidade da contratação em valor de mercado, primando pela vantajosidade, principalmente no que concerne a consequente diminuição de demandas reprimida em cirurgias geral no SISREG.

5.3. Verificou-se a existência de clínicas e hospitais com estrutura adequada, equipe médica especializada e disponibilidade de agenda compatível com a urgência da demanda.





5.4. A análise demonstrou que a contratação por meio de credenciamento ou licitação na modalidade pregão eletrônico é viável, sendo possível obter economicidade e ampliar o acesso da população aos procedimentos cirúrgicos. A escolha da solução baseia-se na capacidade de atendimento, nos custos praticados e na conformidade com os requisitos legais e técnicos exigidos.

## 6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1 O Valor a ser estimado para a Contratação da Empresa Especializada em Consultas e Cirurgias Eletivas de Média complexidade, é de **R\$ 1.193.753,23** ( Um milhão cento e noventa e três mil setecentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos) visando a oferta de serviços de cirurgias aos usuários do SUS, reduzindo assim, a demanda reprimida no SISREG.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS/SERVIÇOS

7.1. Conforme Documento de Oficialização de Demanda - DOD, a estimativa teve como base as demandas informadas pelo Sistema de Regulação através da Secretaria Estadual de Saúde, onde foi disponibilizado uma lista nominal de 261 (Duzentos e sessenta e um) usuários do SUS residentes de Candeias do Jamari, que aguardam para ser submetidos a procedimentos cirúrgico. Ressalta-se que os quantitativos de usuários do SUS informados, que aguardam na fila de demanda reprimida são maior, alcançando uma estimativa de 600 (Seiscentos) pessoas.

**TABELA I: QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICO ESTIMADO (180 DIAS)**

| DESCRIÇÃO DO OBJETO  | UNIDADE | QUANT      | VALOR UNITÁRIO         | VALOR TOTAL   |
|--|---------|------------|------------------------|---------------|
| Procedimentos de Cirurgia de Colecistectomia   | Unidade | 109        | R\$4.775,55            | R\$520.534,95 |
| Procedimentos de Cirurgia de Exeres de Tumor de Pele e Anexos /Cisto Sebáceo / Lipoma                                    | Unidade | 20         | R\$4.301,59            | R\$ 86.031,80 |
| Procedimentos de Cirurgia de Hemorroidectomia  | Unidade | 06         | R\$ 3.878,06           | R\$ 23.268,36 |
| Procedimentos de Cirurgia de Prostectomia  | Unidade | 04         | R\$ 8.352,51           | R\$ 33.410,04 |
| Procedimentos de Cirurgia de Histerectomia (parcial e ou Total)  | Unidade | 06         | R\$2.554,04            | R\$ 15.324,24 |
| Procedimentos de Cirurgia de Perineoplastia  | Unidade | 06         | R\$ 2.127,39           | R\$ 12.764,34 |
| Procedimentos de Cirurgia de Hernioplastia Inguinal(lateral e bilateral),Umbilical, Epigástrica, Incisional e Ressidiva. | Unidade | 110        | R\$ 4.567,45           | R\$502.419,50 |
| <b>Total</b>   |         | <b>261</b> | <b>R\$1.193.753,23</b> |               |

## 8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A contratação de serviços médicos especializados para a realização de cirurgias eletivas de média e alta complexidade nas especialidades de Cirurgia Geral, Urologia e Ortopedia, avaliou-se a possibilidade de parcelamento da contratação com base nos critérios de viabilidade técnica, vantajosidade econômica e eficiência na gestão contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

8.2. Após avaliação técnica e econômica, concluiu-se que não é recomendável o parcelamento da solução, uma vez que a divisão por especialidade ou por tipo de procedimento poderia comprometer a padronização dos protocolos assistenciais, dificultar a gestão contratual e aumentar os custos operacionais. A fragmentação também poderia gerar descontinuidade no atendimento, dificultando a coordenação entre as etapas pré, trans e pós-operatórias.

8.3. Além disso, a contratação unificada permite maior economia de escala, otimização da capacidade instalada dos prestadores e maior agilidade na execução dos procedimentos, especialmente em contextos de demanda reprimida. A centralização da responsabilidade técnica em um único contrato ou grupo integrado também favorece o controle de qualidade, a rastreabilidade dos atendimentos e a responsabilização dos prestadores.

8.4. Portanto, a contratação será realizada de forma não parcelada, por se tratar da alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, tanto sob o ponto de vista técnico quanto econômico e da continuidade assistencial.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES





**9.1** A execução dos serviços de cirurgias eletivas de média e alta complexidade nas especialidades de Cirurgia Geral, Urologia e Ortopedia demanda a articulação com outras contratações que garantam a integralidade e continuidade do cuidado ao paciente. Nesse sentido, identificam-se as seguintes contratações correlatas e/ou interdependentes:

**9.2 Contratações Correlatas:**

- a) Serviços de diagnóstico por imagem (ultrassonografia, tomografia, ressonância magnética) e exames laboratoriais, essenciais para avaliação pré-operatória e acompanhamento pós - cirúrgico;
- b) Aquisição de medicamentos anestésicos, antibióticos e materiais médico-hospitalares específicos para os procedimentos cirúrgicos;
- c) Serviços de esterilização de materiais e instrumentais cirúrgicos

**9.3 Contratações Interdependentes:**

- a) Contratação de equipe multiprofissional de apoio (enfermagem, fisioterapia, anestesiologia), necessária para a realização segura dos procedimentos;
- b) Serviços de transporte sanitário para remoção de pacientes entre unidades de saúde, quando necessário;
- c) Sistemas informatizados para regulação, agendamento e registro dos procedimentos realizados, garantindo rastreabilidade e transparência;
- d) Serviços de limpeza hospitalar e controle de infecção, fundamentais para a segurança do ambiente cirúrgico.
- e) A identificação dessas contratações visa assegurar a efetividade da solução proposta, evitando descontinuidade assistencial, otimizando recursos públicos e promovendo a integração entre os diversos níveis de atenção à saúde.

## **10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

**10.1.** O Plano Anual de Contratação encontra-se em elaboração. Entretanto, encontra-se dentro da previsão de despesas para a unidade solicitante.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

**11.1.** A Administração tomará as seguintes providências:

- a) Designação de equipe técnica responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, com atribuições específicas para avaliação e monitoramento da execução dos serviços, análise de relatórios e validação de indicadores de desempenho;
- b) Elaboração de plano de trabalho detalhado, com metas físicas e cronograma de execução, pactuado com o prestador contratado;
- c) Implantação de sistema de controle e registro dos procedimentos realizados, com integração aos sistemas oficiais (SIA/SIH-SUS), assegurando rastreabilidade, transparência e conformidade com os parâmetros estabelecidos;
- d) Realização de reuniões periódicas de avaliação, com participação da contratada, para análise de resultados, identificação de eventuais não conformidades e proposição de medidas corretivas;
- e) Adoção de instrumentos de medição de desempenho, com base em indicadores como tempo de espera, taxa de cancelamento, taxa de infecção pós-operatória e satisfação do usuário;
- f) Previsão de cláusulas contratuais específicas sobre penalidades, glosas e rescisão em caso de descumprimento das obrigações pactuadas;
- g) Garantia de articulação com a regulação municipal/estadual, para assegurar o fluxo adequado de pacientes e a priorização conforme critérios clínicos e de equidade;
- h) Publicação dos resultados alcançados, como forma de prestação de contas à sociedade e incentivo à transparência na gestão pública.

## **12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

**12.1.** A concretização da presente contratação de serviços médicos cirúrgicos traz consigo uma série de benefícios estratégicos e operacionais que reforçam a eficácia e a eficiência diretos e indiretos à população e à gestão pública da saúde municipal.

**12.2.** A pretensão primordial da contratação destina-se realização de atendimentos a pacientes na fila da regulação que aguardam há muito tempo pela realização de cirurgias eletivas, com a finalidade de redução da demanda reprimida, promovendo maior equidade no acesso aos serviços de saúde no município de





Candeias do Jamari.

**12.3.** Partindo do pressuposto da necessidade de atendimento aos princípios basilares do SUS, a Secretaria de Saúde do Município de Candeias do Jamari junto à empresa especializada em prestação de serviço de cirurgias eletivas busca fortalecer as ações de serviços de saúde trazendo melhoria nos indicadores de saúde, com impacto positivo na qualidade de vida dos pacientes, especialmente aqueles com condições clínicas que comprometem sua funcionalidade e bem-estar.

**12.4.** Contribui no aumento da resolutividade da rede assistencial, ao garantir a continuidade do cuidado e a integralidade do atendimento, desde a avaliação pré-operatória até o acompanhamento pós-cirúrgico;

**12.5.** Por meio da contratação, reduz na desoneração da rede hospitalar pública, permitindo que os recursos próprios sejam direcionados a outras áreas prioritárias da assistência.

**12.6.** Maior eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio da contratação de prestadores com capacidade técnica e estrutura adequada, assegurando economicidade e qualidade assistencial;

**12.7** Para o Estado de Rondônia, contribui no fortalecimento da regionalização da atenção à saúde, com ampliação da oferta de serviços especializados em áreas com menor cobertura.

### 13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

**13.1.** Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, e considerando que o fornecimento do objeto a ser licitado, esta equipe de contratação considera viável a realização da Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços e procedimentos médicos, para execução de cirurgias eletivas de média e alta complexidade nas especialidades de Cirurgia Geral e Urologia a Prestação de Serviços de Consultas e Cirurgia Eletivas de Média e Alta Complexidade, no município de Candeias do Jamari-RO.

**13.2.** Atendendo os preceitos previstos em lei, por meio de fornecedor devidamente qualificado.

### 14. Elaborado por:

Marlene Alves Leite/Enfermeira

### 15. Aprovado:

Irgo Mendonça Alves

Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 9900/GAB/PREF/2025

#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05\*. \*\*2- \*4 em **14/07/2025 07:51:25**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 0722.5Z51.025K.4126.6383, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARLENE ALVES DOS SANTOS LEITE**, CPF: 349.36\*. \*\*2- \*8 em **11/07/2025 14:06:01**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1497.2R06.5019.X81H.6821, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **1.C95.4F9** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP - Nº 115/2025**

Elaborado por **LAUANE SILVA CAMÊLO**, CPF: 012.15\*. \*\*2- \*1, em **11/07/2025 12:13:40**, contendo 3.095 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1277.2W13.1402.348A.4455

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



## MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

**1.1. Objeto da Matriz de Riscos:** Registro de Preço para eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços e procedimentos médicos, para execução de cirurgias eletivas de média e alta complexidade nas especialidades de Cirurgia Geral e Urologia , visando a redução de filas de cirurgias eletivas e assim ofertando qualidade de vida aos usuários do **Sistema Único de Saúde – SUS**, através da Secretaria Municipal de Saúde de Candeias do Jamari -RO.

### 2. RISCOS IDENTIFICADOS

| Nº   | Risco   | Causa do Risco   | Fase         | Responsável  | Nível do Risco |
|--|---|--|--------------|--|----------------|
| R -1   | -Atraso na instrução processual   | -Dificuldade na elaboração de aquisição de bens e serviços, necessários para a instrução do processo e demora na tramitação entre os setores envolvidos. | Planejamento | Equipe de formalização de processos- SE-MUSA                       | Médio          |
| Impactos   |   |  |              |  |                |
| 1- Atraso na Contratação da Empresa Especializada nos Serviços de Cirurgias Eletivas |   |  |              |  |                |
| Ações Preventivas  |   |  |              |  |                |
| P- 01  | -Distribuir as tarefas referentes a fase de planejamento para agilizar a emissão dos documentos a serem anexados ao processo.                                     |  |              | <b>Responsável:</b><br>Equipe de formalização de processos- SEMUSA |                |
| Ações de Contingência  |   |  |              |  |                |
| C-01   | -Solicitar prioridade aos setores envolvidos na tramitação do processo para compensar o atraso e agilizar sua conclusão, dentro do prazo estabelecido( 180) dias. |  |              | <b>Responsável:</b><br>Equipe de formalização de processos- SEMUSA |                |



| Nº  | Risco   | Causa do Risco   | Fase               | Responsável  | Nível do Risco |
|---|---|--|--------------------|--|----------------|
| R -02   | -Retrabalho em função da necessidade de adequação de documentos do processo.  | -Ausência de documentação ou de requisitos dos artefatos inclusos no processo. | Planejamento       | Equipe de formalização de processos- SEMUSA                                | Médio          |
| Impactos  |   |  |                    |  |                |
| 1- Atraso na licitação para contratação dos serviços em tempo hábil.  |   |  |                    |  |                |
| Ações Preventivas   |   |  |                    |  |                |
| P- 01   | -Fiscalizar o contrato sobre prazo de execução das ações de serviços e saúde, ofertada de forma complementar para os pacientes submetidos a cirurgia eletiva.   |  |                    | Responsável:<br>Coordenador de Média Complexidade                          |                |
| Ações de Contingência   |   |  |                    |  |                |
| C-01  | -Acompanhar e exigir da contratada o início da execução do contrato, conforme estabelecido em Termo de Referência, Plano de Trabalho e Contrato.<br><br>- Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.         |  |                    | Responsável:<br><br>Equipe de formalização de processos- SEMUSA<br><br>CPL |                |
|   | Risco   | Causa do Risco   | Fase               | Responsável  | Nível do Risco |
| R -3  | -Baixa adesão de prestadores ao credenciamento.   | - Remuneração abaixo do mercado; exigências excessivas.                        | Seleção Fornecedor | Comissão de Credenciamento   | Alto           |
| Impactos  |   |  |                    |  |                |
| 1- Falta de interessados ou apresentação de propostas;<br><br>2- Redução da oferta de serviços e fila não atendida. |   |  |                    |  |                |
| Ações Preventivas   |   |  |                    |  |                |
| P- 01   | -Evitar as exigências de requisitos que possam restringir a participação das empresas e analisar os preços estimados para que estejam de acordo com a realidade do mercado.<br><br>-Ampla realização de pesquisa de preços em observância aos preços praticados no mercado. |  |                    | Responsável:<br><br>Equipe de formalização de processos- SEMUSA            |                |



| Ações de Contingência                           |  |  |                       |   |                |
|---|--|--|-----------------------|---|----------------|
| C-01  | <div>-Refazer a pesquisa de preços.</div> <div>-Elaboração de novo Documento de Oficial de Demanda - DOD,caso necessário.</div> <div>-Ajustar valores conforme Tabela SUS + incentivo local; simplificar requisitos.</div> <div>-Realizar nova licitação e rever os requisitos exigidos.</div>     |  |                       | <b>Responsável:</b><br><br>Equipe de formalização de processos- SEMUSA  |                |
|   | Risco  | Causa do Risco                               | Fase                  | Responsável   | Nível do Risco |
| R -4  | Atraso na execução dos procedimentos   | - Falta de equipe ou estrutura do prestador. | Execução dos serviços | Equipe de formalização de processos- CPL/SEMUSA   | Médio          |
| Impactos  |  |  |                       |   |                |
| 1- Comprometimento das metas e da assistencial. |  |  |                       |   |                |
| Ações Preventivas                               |  |  |                       |   |                |
| P- 01   | <div>-Avaliação prévia da capacidade instalada; cláusulas contratuais de desempenho.</div> <div>-Prever no Termo de Referência e no contrato a descrição detalhada da solução;</div> <div>-Acompanhar, de forma ativa e periódica, a execução contratual.</div>                                    |  |                       | <b>Responsável:</b><br>Fiscal do Contrato,<br><br>Comissão de Avaliação e Monitoramento de Ações e Serviços de Saúde. |                |
| Ações de Contingência                           |  |  |                       |   |                |
| C-01  | <div>- Notificar formalmente à contratada para o atendimento adequado da execução contratual, conforme previsto em Termo de Referência, Plano de Trabalho e Contrato;</div> <div>- Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.</div> |  |                       | <b>Responsável:</b><br><br>Gestor do Contrato   |                |
|   | Risco  | Causa do Risco                               | Fase                  | Responsável   | Nível do Risco |
| R -5  | Risco sanitário (infecção hospitalar)  | Não conformidade com normas de biossegurança | Execução dos serviços | Fiscal do Contrato, Prestador de Serviços.  | Alto           |



| Impactos   |   |   |
|--|---|---|
| Danos ao paciente e responsabilização do gestor. |   |   |
| Ações Preventivas                                |   |   |
| P- 01  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vistoria prévia e monitoramento contínuo das condições sanitárias.</li> <li>-Curativos oclusivos nas primeiras 24h, com técnica asséptica;</li> <li>-Monitoramento de sinais de infecção e notificação imediata ao SCIH;</li> <li>Educação do paciente sobre cuidados com a ferida e sinais de alerta.</li> </ul>  | Fiscal do Contrato, Comissão de Avaliação e Monitoramento de Ações e Serviços de Saúde e Prestador de serviços. |
| Ações de Contingência                            |   |   |
| C-01   | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Identificação de aumento nas taxas de infecção acima dos parâmetros aceitáveis definidos pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH).</li> <li>-Ativação imediata do SCIH para investigação epidemiológica e rastreabilidade dos casos;</li> <li>-Suspensão temporária dos procedimentos no prestador envolvido, caso haja evidência de falha sanitária grave;</li> <li>-Revisão dos protocolos assistenciais e de biossegurança, com reforço das medidas de antissepsia, antibiótico-profilaxia e controle ambiental;</li> <li>-Capacitação emergencial da equipe multiprofissional, com foco em prevenção de infecção de sítio cirúrgico (ISC);</li> <li>-Auditoria técnica e sanitária no local, com checklist de conformidade e plano de correção de não conformidades;</li> </ul> | <p>Prestador de Serviço.</p> <p>Gestor do Contrato</p>  |



|   |   | -Notificação à Vigilância Sanitária, se necessário, e reavaliação da habilitação do prestador. |                       |   |                |
|---|---|--|-----------------------|---|----------------|
|   | Risco   | Causa do Risco   | Fase                  | Responsável   | Nível do Risco |
| R -6                                    | -Cancelamento de cirurgias por causas evitáveis   | -Falta de exames, preparo inadequado do paciente   | Execução dos serviços | Fiscal do Contrato, Comissão de Avaliação e Monitoramento de Ações e Serviços de Saúde. | Alto           |
| Impactos                                |   |  |                       |   |                |
| 2- Retrabalho, insatisfação do usuário. |   |  |                       |   |                |
| Ações Preventivas                       |   |  |                       |   |                |
| P- 01                                   | - Fluxo de regulação com checklist pré-operatório obrigatório.  |  |                       | Responsável:<br>Fiscal de contrato, Operador da Regulação, e Prestador de Serviço.      |                |
| Ações de Contingência                   |   |  |                       |   |                |
| C-01                                    | - Notificar formalmente à contratada para o atendimento adequado da execução contratual, conforme previsto em Termo de Referência, Plano de Trabalho e Contrato;<br><br>- Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário. |  |                       | Responsável:<br>Gestor do Contrato<br><br>Controladoria Geral do Município.             |                |

**Elaborado por:**

**MARLENE ALVES DOS SANTOS LEITE**

**Aprovado por:**

**IRGO MENDONÇA ALVES**

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº. 9900/GAB-PREF/2025





#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05\*. \*\*2-\*4 em **14/07/2025 07:52:48**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0794.8V52.848Z.A252.6652**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARLENE ALVES DOS SANTOS LEITE**, CPF: 349.36\*. \*\*2-\*8 em **11/07/2025 14:06:01**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **14R4.6H06.5013.E883.6155**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **1.C95.FF5** - Tipo de Documento: **MAPA**.

Elaborado por **LAUANE SILVA CAMÊLO**, CPF: 012.15\*. \*\*2-\*1, em **11/07/2025 - 13:05:14**

Código de Autenticidade deste Documento: 1386.8W05.114K.823E.2465

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

